

VENCENDO O RACISMO NO CHÃO DA ESCOLA

Edmilton Amaro da Hora Filho (UFPE)

Irene Késsia das Mercês do Nascimento (UFPE)

INTRODUÇÃO

A escola é o lugar onde o saber é socializado e onde é desenvolvida a transmissão cultural dos conhecimentos necessários ao convívio social, também é palco de segregação e das relações de opressão e dominação. Nesse sentido, existe uma separação entre os “saberes necessários” e os “saber não necessários” constituindo assim, uma ação política e de sobreposição de poderes. O Currículo Escolar é marcado por esta tensão e são escolhidos para sua constituição os saberes hegemônicos contemplando uma a construção de uma realidade pautada em conhecimentos euro centristas.

Esses saberes hegemônicos, em geral, deixam de fora os saberes populares e/ou tradicionais. Contemplando uma realidade adversa a da comunidade e da cultura onde o aluno está inserido. Sobre a perspectiva às questões do negro não são devidamente contempladas distanciando assim o aluno de seu pertencimento étnico. Desde o livro didático, currículo e até às ações dos professores podemos identificar estratégias supressão da cultura afro. Mesmo sabendo que a identidade é relacional e marcada pela diferença. Identidade e diferença são inseparáveis uma só existe e se fundamenta a partir da outra. Podemos tomar como exemplo os povos Sérvios e Croatas, pois estes possuem a mesma origem étnica e travam um conflito histórico, porém o que diferencia os dois são povos os fatores regionais podendo compreender que ser um Sérvio é simplesmente não ser um Croata e vice-versa. Sabe-se que a construção da identidade é tanto simbólica quanto social e tem consequências matérias (econômica e relações de poder).

Porém, no Brasil, a relação conflituosa não é declarada e se coloca em uma penumbra que desconecta os sujeitos de seu pertencimento os fazendo não aceitar a sua própria condição de negritude, pois se atribui um caráter negativo à estética e cultura que tenha origem as matrizes afro. Sabendo que o povo brasileiro é constituído por uma grande diversidade étnica, as relações de identidade podem ser problematizadas como um dos fatores que desencadeiam o racismo e outros tipos de discriminação colocando uma etnia em situação de prioridade e de vantagens em relação a outras. Nesse contexto podemos elencar no Brasil a crise identidade como um dos pontos de análise e um dos fatores desencadeadores foi a Globalização, que

levou a migração de trabalhadores. No Brasil, feita de forma forçada, essa migração (diáspora) se traduz como o ponto de partida para a observação da questão do racismo. Identificamos essa problemática como uma crise identidade, pois é inegável a contribuição do negro para o processo civilizatório brasileiro se expressa na estética, na culinária, na música, na dança, nos ritmos. A cultura africana influencia o povo brasileiro na sua percepção de mundo, bem como das relações sociais e transcendência.

É justificado o presente trabalho, pois na vanguarda das causas do povo negro podemos incluir a luta contra o racismo na mídia, nos ambientes formativos e instituições. E como objetivo principal é o de realizar uma abordagem sobre o currículo considerando a cultura afrodescendente apontando o Projeto Político Pedagógico (PPP) como uma estratégia para a superação de paradigmas ligados aos racismos e preconceito.

1. Currículo, Cultura, Racismo e Antirracismo

Antes de adentrar nas questões relativas à multiculturalidade na escola se faz necessário compreender alguns conceitos que são chave para a sistematização. Dentre eles: O que é cultura? Como se dão os processos culturais? Existe cultura maior ou menor?

Em se falando de cultura a mais corrente definição e genérica foi formulada por Edward B. Tylor, segundo a qual cultura é “aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (LARAIA, 2006).

Outra contribuição para essa problemática vem da crítica ao evolucionismo social de Darwin feita pelo antropólogo Levi Strauss, que postulou sobre o etnocentrismo sabendo que o Ocidente vê a si mesmo como finalidade do desenvolvimento humanidade. E observa as outras percepções de mundo tomando como uma referência às próprias bases. Além disso toma outras diversas cosmovisões como não evoluídas se colocando como superior. Não existe cultura maior ou menor existem culturas diversificadas e com relações diferentes, pois o ser humano é em si ontologicamente diverso e os processos culturais se dão de formas distintas em cada parte do mundo. Reflete também do fato de considerar as culturas maiores ou menores o racismo e preconceitos diversos.

O racismo reflete também uma construção de um discurso criado à luz das ideias ocidentais, encabeçadas por Crummel, o pensamento de que a África teria que ser domesticada do paganismo e do barbarismo para depois ser reunida em torno da raça negra.

Esse discurso permeou as linhas de pensamento de alguns cientistas e ainda existe reflexo disso no senso comum sobre a africanidade. Carregando consigo a marca da discriminação e da segregação. Segundo Appiah,(1997) podemos dividir em três categorias. Sendo elas: racialismo; racismo extrínseco e intrínseco. O racialismo é voltado para o fenótipo e características hereditárias. Quanto ao racismo extrínseco acredita que algumas raças são mais inteligentes, honestas, já o racismo intrínseco se volta para a crença de que cada raça possuísse um status moral diferente. Porém se sabe que o racismo em geral se constitui por um misto destas três correntes conduzindo a um posicionamento político que se traduz nas lutas de classe e relações de poder.

Podemos contar também com os fatores historiográficos que contribuíram para o racismo e se instalaram socialmente, como negação de direitos, o Brasil possuiu em sua história instrumentos legais que excluía os Negros da condição de cidadão. No ano de 1707 houve a proibição dos escravizados de ambos os sexos e portadores de sangue impuro, mouro ou judeu, de entrar nas ordens religiosas para seguirem o “estado de perfeição” (processos formativos de letramento e formação religiosa). Em 1824 a Constituição restringe o acesso à escola formal somente aos cidadãos brasileiros sabendo que os que tinham sangue mestiço ou estrangeiro não faziam parte deste grupo. Estas Leis claramente deixavam de fora os Negros de possuírem acesso à educação formal. Sendo assim, como forma de resistência podemos traçar um panorama dos Movimentos Sociais e de suas conquistas que observadas a partir Século XX destaca-se: Imprensa Negra (1907); Frente Negra (1931); Associação Cultural do Negro (1954); e na década de 70 o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação (MOURA, 1989).

Dentre outros fatores, construídos historicamente a luta de classes que constituiu o domínio e a opressão sobre os grupos sociais menos favorecidos formam uma barreira para os saberes relativos à africanidade. Porém, corroborando com o pensamento de Freire (1996), "Não há saber mais ou saber menos. Há saberes diferentes." e precisam ser contemplados no currículo escolar. A Afrodescendência não está presente apenas nas características do fenótipo do povo negro. Aparece também na linguagem, nos costumes alimentares, na musicalidade e cosmovisão de todo o povo brasileiro. Neste contexto, tivemos no ano de 2003 após pressão dos Movimentos sociais negros o surgimento da lei 10.639/03 enquanto um instrumento de consolidação de igualdade para a população negra no que tange ao trabalho da cultura do povo afro nas redes de ensino do país. A partir da promulgação da lei temos a obrigatoriedade

no ensino de cultura e História do povo negro nas escolas. Contribuindo para uma afirmação social antirracista a partir da educação.

2-Gestão Escolar, Projeto Político Pedagógico como ferramenta na superação dos racismos e preconceitos

No contexto Escolar identificamos o que define uma forma eficiente de travar a luta para superação dos racismos e preconceitos estão no modelo adotado pela participação na gestão. O Projeto Político Pedagógico (PPP) serve de parâmetro para a devida aplicabilidade da inclusão de saberes e culturas com matrizes afro no currículo escolar.

Em se falando de Gestão Escolar não nos cabe fazer uma abordagem apenas direcionada os aspectos administrativos e metodológicos do gerenciamento. A gestão escolar é na verdade o somatório de todos os esforços materiais e humanos realizados pelo conjunto de participantes de um processo educativo como: gestor, professores, coordenadores, secretários e funcionários de uma forma geral para que o processo de educação seja repassado da melhor forma possível ao público alvo, ou seja, os alunos, e estes possam levar esse conhecimento para os desafios da vida. Segundo LIBÂNEO, 2007, concordamos que

A organização e a gestão constituem o conjunto de condições e dos meios utilizados pra assegurar o bom funcionamento da instituição escolar, de modo que alcance os objetivos educacionais esperados.

Sendo assim, a escola deve pautar em seu projeto e plano de atividades valores relativos à comunidade que o sustenta contemplando as relações políticas e sociais acordadas mutuamente. Uma Gestão Educacional vai além do simples gerenciamento, tratando-se de como é conduzido o desenvolvimento de suas próprias ações, de como se dá a materialização de seu Projeto Político Pedagógico (PPP) e os aspectos do direcionamento formativo dos sujeitos assistidos.

O projeto político pedagógico-PPP, que tem como objetivo nortear os rumos da escola e também define a identidade da escola permite que se haja autonomia no espaço, na elaboração do projeto são contemplados vários aspectos pedagógicos visando o desenvolvimento da escola. Através do P.P.P a escola planeja ações políticas que permite a participação coletiva de toda a comunidade escolar, sendo um planejamento democrático envolvendo todos na elaboração do mesmo. É um projeto, pois se espera algo, com

determinado tempo sendo planejado coletivamente, se torna pedagógico pois são elaboradas ações pedagógicas para um bom funcionamento da escola e educação dos alunos. No artigo 14 da LDB nos afirma o seguinte:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. BRASIL (1996)

De acordo com a LDB a escola tem autonomia na definição das normas da gestão democrática do ensino público da educação básica singularmente, sendo com a participação dos profissionais da educação e de toda a comunidade escolar. Através desse projeto poderão ser incluídas ações relacionadas às deficiências da escola, com orientação dos documentos curriculares do MEC-Ministério de Educação, que são os referenciais para Educação os PCN-Parâmetros Curriculares Nacionais e as Diretrizes Curriculares da Educação. Esses documentos devem ser analisados por todos que estão participando da elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, permitindo a socialização do mesmo para que se possa refletir e aplicar ações orientadas nesses documentos.

A construção do Projeto Político Pedagógico deve contemplar todos os aspectos necessários à escola de acordo com a LDB e os documentos de currículo do MEC, os professores devem estar cientes sobre as ações inclusas no projeto, o currículo deve ser prevalecido de acordo com as séries e com as orientações dos documentos do MEC. Ao elaborar o projeto deve-se também analisar as modificações da LDB, como ocorreu em 2003 a lei 10639 que altera o artigo 26 da LDB, que nos afirma que:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra.'"

Esta lei tem como objetivo incluir conteúdos referentes à cultura Afro na escola, que envolve ações do dia 20 de novembro dia da consciência negra, trabalhando com os alunos o curriculum da transversalidade e a diversidade. Essa alteração ocorreu há 11 anos, as escolas ao fazerem seus PPPs devem observar a partir dessa ótica multicultural e que contemple a diversidade humana.

Os discursos dos pais nas reuniões de pais e mestres ou até mesmo na elaboração da PPPs podem se colocar como mais uma ferramenta importante para o bom funcionamento da escola, na identificação de problemas recorrentes no cotidiano escolar, que algumas vezes não são vistos com um olhar crítico pelos profissionais em educação, problemas esses que se dão de forma oculta entre os alunos e na maioria das vezes são revelados apenas para os pais, sendo muitos deles atos configurados como racismos, bulling e preconceitos diversos podem causar obstáculos para o desenvolvimento escolar sadio dos alunos. Diversos tipos de preconceitos acontecem constantemente nas escolas, os motivos dessas ocorrências podem estar ligados a vários aspectos, mas a perguntas principais são: Por que existem tanto racismo na escola? E por que tanta discriminação por tipo de cabelo mais cacheado e crespo? Esses questionamentos nos fazem refletir sobre a falta de valorização da identidade negra dentro da escola.

A lei 10639-03 já existe há 11 anos, mas infelizmente no chão da escola ainda não vemos ênfase à importância dessa lei na sala de aula e na elaboração de seu Projeto Político Pedagógico, de acordo com o Jornal da Band em março de 2014 foi notícia a reportagem de um educador de história de uma instituição em Santa Carina- RS sofrendo atos de racismo pelos próprios colegas de profissão, tendo que prestar queixa na delegacia por tal atitude racistas de seus colegas de trabalho, isso é um fato que se reflete na visão moral e ética transmitida aos alunos em seu processo formativo, tomando como exemplo casos como estes avaliamos socialmente até que nível está a questão do preconceito dentro da comunidade escolar.

3- Inclusão social, inclusão educacional, diversidade, discriminação racial e sexual.

A Inclusão Social entende-se como sendo o conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pela classe social, origem geográfica, educação, idade, existência de deficiência ou preconceitos raciais. Sabendo que:

“O Brasil, ao longo de sua história, estabeleceu um modelo de desenvolvimento excludente, impedindo que milhões de brasileiros tivessem acesso à escola ou nela permanecessem” (MEC, 2003).

Outra forma, esta mais ligada ao âmbito da educação, é a chamada Inclusão Educacional pode ser compreendida como um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular.

Quanto à diversidade está ligada aos conceitos de pluralidade, multiplicidade, diferentes ângulos de visão ou de abordagem, heterogeneidade e variedade entre nós seres humanos. A humanidade é plural, pois as identidades são formadas de acordo com os tipos de relações que cada grupo social desenvolve em seus contextos produzindo assim a multiplicidade da espécie humana.

Essa diversidade humana pode provocar a discriminação quando um grupo social ou étnico se sobrepõe aos outros ditando os padrões estéticos, culturais, afetivos, entre outros. A discriminação pode ser racial e sexual e tem a ver com a discriminação sociológica: a discriminação social, racial, política, religiosa, sexual, ou idade, que podem levar à exclusão social. No contexto escolar surge a necessidade de um aprofundamento e discussão sobre a responsabilidade da educação no processo de valorização e pertencimento da pessoa humana.

“A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo” (MEC, 2003).

A Importância da educação nos processos formativos, não acontece de forma instantânea e mecânica, acontecem de forma gradativa de acordo com o tempo. O resultado das ações e práticas efetuadas pelo educador é vista naturalmente pelas pessoas envolvidas no processo, as análises críticas feitas por eles em relação ao desenvolvimento dos alunos através de manuscritos em cadernetas, são essências para que se possa saber onde se precisar melhorar? O que já está bom? Enfim, o que é semeado com resultados positivos, iram fazer a diferença na vida dos alunos e também no educador em relação à troca de conhecimento, para toda sua vida, levando em consideração também os aspectos negativos, precisando ser melhorado de acordo com o tempo.

Inclusão Escolar significa acolher todos os alunos em todas as modalidades de ensino independente de cor, raça, deficiência e religião. No entanto atualmente nem todas as escolas estão preparadas para esse acolhimento, o MEC Ministério da Educação- oferecem recursos financeiros e formação para os educadores, no entanto no chão da escola, a forma de inclusão pretendida ainda não está devidamente.

De acordo com o Repórter Roxo do Jornal “O Globo” publicado em dezembro de 2012 vemos a notícia de um aluno foi advertido por sua professora numa escola em São Paulo, por conta do seu corte de cabelo (Black Power) sendo mandado um bilhete para sua mãe pedindo para ser cortado seu cabelo, diante dessa situação observamos a falta de formação dos educadores a lideram com a diversidade na escola., a escola deve acolher os alunos e valorizar sua cultura, sua etnia a , sua cor, sua religião e oferecer aos alunos o melhor acolhimento e aceitação possível.

Consideração final

Com o projeto político pedagógico a escola pode se contemplar as opiniões dos pais dos alunos e dos profissionais da educação, fazendo com que se haja uma gestão participativa visando o melhoramento escolar, e formando sua identidade. Além disso, pode corroborar valores éticos que conduzem a escola para a superação dos diversos racismos e preconceitos.

Referencias

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997;

BRASIL. Lei 9394/96 - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 10 de junho de 2014 às 9h;

____ Lei 10639/03 - < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm> Acesso em 10 de junho de 2014 às 9:30h;

____Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília-DF, Outubro, 2004;

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996;

_____ Paulo. **A Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981;

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006;

LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira e TOSCH, Máisa. **Educação Escolar Política, Estrutura e Organização**. São Paulo, SP. Cortez, 2007

MOURA, Clóvis. "**História do Negro brasileiro**". São Paulo: Ática. 1989;
<<http://embuscadenossasorigens.blogspot.com.br/>> acesso em 27 de maio de 2014 às 23h30min.

BAND, Jornal. **Polícia investiga caso de racismo contra professor**. Santa Catarina RS. 2014 < <http://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticia/100000669933/policia-investiga-caso-de-racismo-contr-professor.html>> acesso em 28 de agosto de 2014 às 2:42 min.

ROXO, Sergio. O Globo. **Escola é investigada por Racismo após pedir para aluno cortar o cabelo “Black Power”** . Guarulhos –SP 2013 < <http://oglobo.globo.com/brasil/escola-investigada-por-racismo-apos-pedir-para-aluno-cortar-cabelo-black-power-10976962>> acesso em 28 de agosto de 2014 às 11:02 min